

ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CONCURSO DE SELEÇÃO PARA INGRESSO NA EMERJ –
2º SEMESTRE/2025
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PÚBLICO E PRIVADO
08 DE JUNHO DE 2025

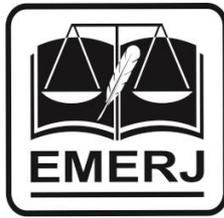
I – TEORIA GERAL DO ESTADO E DIREITO CONSTITUCIONAL

1ª Questão – Valor: 6 (seis) pontos

É admissível a existência de normas constitucionais inconstitucionais no Direito brasileiro, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal?
Resposta objetivamente justificada.

2ª Questão – Valor: 6 (seis) pontos

No Direito brasileiro, os Estados Federados dispõem de competência para estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito?
Resposta objetivamente justificada.



II – DIREITO CIVIL

1ª Questão – Valor: 6 (seis) pontos

Bem imóvel, adquirido a título oneroso na constância de união estável comprovada, mas recebido individualmente por um dos companheiros mediante doação pura e simples realizada pelo outro.

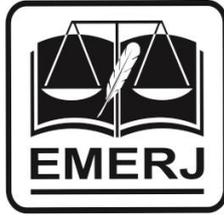
Pergunta-se: Referido bem, quando da dissolução da união estável, deverá compor o monte a partilhar ou deverá ser excluído deste?

2ª Questão – Valor: 6 (seis) pontos

Alba contratou onerosamente com a empresa de publicidade Y a gravação de sua voz (mensagem de voz em gravação de saudação telefônica). Posteriormente, teve ciência de que a referida mensagem gravada estava sendo utilizada pela empresa XWJ – Sistemas de Informática em sua central de telefonia como saudação aos seus clientes. Propôs, então, ação de indenização de direito material e direito moral em face da empresa XWJ – Sistemas de Informática, ao argumento de que a gravação fora realizada por terceiro e comercializada sem a sua autorização, bem como que estaria sendo utilizada comercialmente pela empresa demandada. O primeiro fundamento da pretensão de Alba seria que “a sua interpretação na gravação em questão ensejaria proteção da Lei de Direitos Autorais, que prevê expressamente que os negócios jurídicos sobre direitos autorais devem ser interpretados restritivamente”. Tece a autora um segundo fundamento, “no sentido de que sua voz, por configurar direito da personalidade, não pode ser comercializada e utilizada sem a sua autorização, especialmente para fins comerciais”.

Pergunta-se:

A situação narrada como causa de pedir encontra proteção da Lei de Direitos Autorais? Na hipótese, Alba está falando de “direito de autor” ou de “direitos conexos”? Responda fundamentadamente.



III – DIREITO PROCESSUAL CIVIL

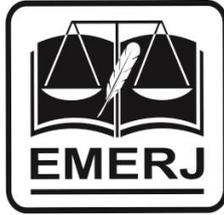
1ª Questão – Valor: 6 (seis) pontos

Em ação de indenização, verificando que em contestação o réu negou o acidente, o autor requereu a produção de prova testemunhal. O juiz indeferiu a prova por entender despicienda, já que existia nos autos boletim de ocorrência. Em seguida, proferiu sentença julgando improcedentes os pedidos do autor por falta de provas. Agiu adequadamente o julgador? Fundamente sua resposta com base nas normas fundamentais do processo civil.

2ª Questão – Valor: 6 (seis) pontos

Em decisão de organização e saneamento de determinado processo, o juiz rejeita a preliminar de ilegitimidade arguida pelo réu, acolhe parcialmente a alegação de prescrição também suscitada pelo requerido, reconhecendo que as parcelas vencidas antes de três anos da distribuição da demanda estavam prescritas, defere prova testemunhal e designa AIJ. Em relação ao capítulo da decisão que acolheu parcialmente a prescrição, indaga-se:

- a) Qual é a natureza desse ato judicial em relação ao julgamento da demanda?
- b) Qual é o recurso que pode ser eventualmente interposto?



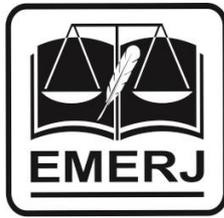
IV - DIREITO EMPRESARIAL

1ª Questão – Valor: 6 (seis) pontos

É possível existir uma sociedade não personificada? Quais são as suas características?

2ª Questão Suplementar – Valor: 6 (seis) pontos

O que é estabelecimento no âmbito do direito empresarial? Dê exemplos de coisas que integram o estabelecimento.



V – DIREITO PENAL

1ª Questão – Valor: 6 (seis) pontos

João foi condenado por roubo simples, praticado às 22h47min em uma rua pouco movimentada de sua cidade.

Na dosimetria da pena, o juiz considerou como negativa a circunstância judicial do horário do crime. Fundamentou a sentença afirmando que o assalto foi facilitado pelo período noturno, caracterizado por pouca visibilidade e menor circulação de pessoas.

A pena-base de João, por força dessa circunstância, foi exasperada em um oitavo sobre o mínimo legal cominado.

No entanto, a defesa de João recorreu, argumentando que a prática do roubo no período noturno, por si só, não justifica a exasperação da pena-base, pois tal circunstância não revela maior gravidade do modus operandi.

Pergunta: Considerando a tendência da jurisprudência do STJ e os fatos apresentados, analise se a exasperação da pena-base de João foi correta e se o recurso deveria ser provido.

Justifique sua resposta.

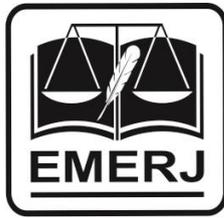
2ª Questão – Valor: 6 (seis) pontos

Carlos foi condenado pelo crime de tráfico de drogas. (art. 33 da Lei 11.343/06) A condenação foi baseada em uma longa investigação, que colacionou prints de publicações de venda de entorpecentes em redes sociais e mensagens eletrônicas, e ainda apreendeu um caderno com anotações de tráfico e um áudio enviado em um grupo de WhatsApp, no qual Carlos pedia que alguém comprasse suas drogas. Apesar dessas evidências, não houve apreensão de substâncias entorpecentes.

A defesa de Carlos recorreu, argumentando que a condenação é ilegal, pois não houve a efetiva apreensão de drogas, o que é imprescindível para a caracterização do delito de tráfico de entorpecentes. A defesa afirma que a condenação pelo crime de tráfico de drogas exige a demonstração da materialidade delitiva por meio de provas idôneas, sendo imprescindível a apreensão de substância entorpecente.

Pergunta: Considerando os fatos apresentados, analise se a condenação de Carlos pelo crime de tráfico de drogas foi correta.

Justifique sua resposta.



VI – DIREITO PROCESSUAL PENAL

1ª Questão – Valor: 6 (seis) pontos

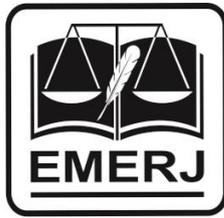
Joana, nascida em 1970, foi vítima de crime de estelionato (artigo 171, caput, do Código Penal) cometido em 26/06/2018, registrando ocorrência em sede policial, ocasião em que forneceu a qualificação completa do estelionatário. Em 18/12/18, foi oferecida a denúncia, mas o réu, citado por edital, não compareceu nem constituiu advogado, o que ensejou a suspensão do processo e do prazo prescricional. No ano de 2021, o acusado veio a ser preso em flagrante pelo cometimento de outro estelionato, possibilitando, assim, o prosseguimento do feito. O seu advogado, ao oferecer resposta à acusação, arguiu em preliminar a ausência de condição de procedibilidade ao exercício da ação penal, pois não havia nos autos representação formalizada pela ofendida.

Pergunta-se: deve a preliminar ser acolhida? Justifique. (6 pontos)

2ª Questão – Valor: 6 (seis) pontos

João da Silva, preso em flagrante, foi denunciado perante a Vara Criminal da Comarca de Resende por crime de roubo duplamente circunstanciado pelo concurso de agentes e emprego de arma de fogo, por 15 vezes, em concurso formal (artigo 157, parágrafo 2º, inciso II, e parágrafo 2º-A, inciso I, c/c o artigo 70, ambos do Código Penal), em razão do cometimento de um assalto dentro de um ônibus interestadual. Encerrada a instrução criminal, foi proferida sentença condenatória. A defesa, no seu recurso de apelação, sustentou a nulidade do processo, pois as testemunhas de defesa foram inquiridas antes da colheita dos depoimentos de 05 vítimas, inquiridas por carta precatória, já que residentes na cidade de São Paulo.

Pergunta-se: deve ser acolhida a preliminar? (6 pontos)



VII - DIREITO DO CONSUMIDOR

1ª Questão – Valor: 4 (quatro) pontos

Francisco decidiu realizar a contratação do plano de saúde administrado pela pessoa jurídica XYZ após ver uma propaganda em jornal com preços atrativos em comparação com outros concorrentes. Francisco compareceu ao estabelecimento da operadora e preencheu toda a ficha de inscrição, tendo o preposto da companhia afirmado que estava tudo adequado e que ele deveria aguardar o e-mail de confirmação da contratação. Passados dois dias, Francisco recebeu uma comunicação por e-mail da empresa XYZ, a qual afirmava que a contratação havia sido recusada em razão de o consumidor ter seu nome negativado por débito oriundo de concessionária de luz.

Pergunta-se: a conduta da sociedade empresária se mostrou correta? Responda de forma fundamentada, de acordo com a jurisprudência do STJ, citando expressamente os dispositivos legais pertinentes.

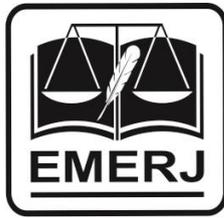
2ª Questão – Valor: 4 (quatro) pontos

Mévio sofreu um acidente automobilístico, sendo encaminhado a um determinado hospital particular para averiguação de seu estado de saúde, não obstante não tenha apresentado nenhuma gravidade aparente. Ao ser atendido na emergência do hospital, o médico plantonista indicou a realização de uma cirurgia de coluna, convencendo Mévio a se dirigir ao centro cirúrgico. Houve uma complicação por uso equivocado de um instrumento pelo médico cirurgião, gerando uma seqüela temporária. Mévio somente teve alta 30 dias após o procedimento, quando deveria ter recebido alta no dia seguinte à cirurgia, caso não tivesse havido a complicação cirúrgica.

Diante de tais fatos, Mévio ajuíza ação em desfavor do hospital, pugnano pela sua condenação ao pagamento de indenização por danos morais e materiais, diante da falha na prestação do serviço.

Citado, o hospital pugna, preliminarmente, pela denúncia da lide para inclusão do médico plantonista e do médico cirurgião no polo passivo, para que, em caso de condenação, possa exercer o regresso em desfavor dos profissionais.

A denúncia da lide deve ser deferida? Responda com base na jurisprudência do STJ, citando expressamente os dispositivos legais pertinentes.



VIII – LÍNGUA PORTUGUESA – REDAÇÃO – 20 (vinte) pontos

Leia o texto abaixo com atenção:

Oh exames! – tortura bárbara que o humanismo medieval adotou, legada às idades modernas como o remanescente de uma inquisição sem apelo, exames, vós nos tirastes o encanto da adolescência com as apreensões das notas, a emoção dolorida, ainda nos triunfos, a mágoa suicida do amor-próprio aos erros em público, a injustiça sempre relativa das aprovações que jamais contentam, enfim, esse pré-suplício do inferno, que serão as reprovações...

O escritor brasileiro Afrânio Peixoto expressou seu relacionamento com os exames a que os estudantes são submetidos. Você também está neste momento submetendo-se a um exame. Quais são suas opiniões a respeito? Trata-se de uma experiência positiva ou negativa? Por quê?

Redija um texto dissertativo-argumentativo de aproximadamente 25 linhas, expressando sua opinião sobre o tema, dando especial atenção aos argumentos utilizados.

Boa sorte!!!